

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	56
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	60
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	61
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
Total	262.452
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	2.808.846	2.507.147	1.943.930
1.01	Ativo Circulante	172.314	106.223	157.228
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	57.616	19.251	88.946
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	57.616	19.251	88.946
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.545	679	3.734
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.545	679	3.734
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	2.545	679	3.734
1.01.03	Contas a Receber	87.125	70.542	57.359
1.01.03.01	Clientes	87.125	70.542	57.359
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.284	1.100	495
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.284	1.100	495
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.934	1.902	1.428
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	4.934	1.902	1.428
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.810	12.749	5.266
1.01.08.03	Outros	14.810	12.749	5.266
1.01.08.03.01	Outros Créditos	14.773	12.684	4.324
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	37	65	942
1.02	Ativo Não Circulante	2.636.532	2.400.924	1.786.702
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	469.265	481.689	468.613
1.02.01.07	Tributos Diferidos	404	8.879	14.374
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	404	8.879	14.374
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	468.861	472.810	454.239
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	26.295	77.836	76.626
1.02.01.10.04	Outros créditos	2	3.657	3.657
1.02.01.10.10	Partes Relacionadas	442.564	391.317	373.956
1.02.03	Imobilizado	35.568	24.338	17.389
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	35.568	24.338	17.389
1.02.04	Intangível	2.131.699	1.894.897	1.300.700

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.04.01	Intangíveis	2.131.699	1.894.897	1.300.700

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	2.808.846	2.507.147	1.943.930
2.01	Passivo Circulante	579.554	1.097.231	196.025
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.021	6.100	5.412
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.021	6.100	5.412
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.021	6.100	5.412
2.01.02	Fornecedores	25.845	12.799	9.872
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25.845	12.799	9.872
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	23.875	12.799	9.872
2.01.02.01.02	Risco Sacado	1.970	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	35.151	28.485	28.931
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	35.151	28.485	28.931
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	20.174	15.364	18.137
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	14.977	13.121	10.794
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	449.750	1.017.351	30.493
2.01.04.02	Debêntures	447.167	1.016.646	28.000
2.01.04.02.01	Debêntures	447.167	1.016.646	28.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	2.583	705	2.493
2.01.04.03.01	Passivo de arrendamento	2.583	705	2.493
2.01.05	Outras Obrigações	53.113	19.147	93.567
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	20.834	10.064	8.784
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	10.179	7.697	6.563
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	10.655	2.367	2.221
2.01.05.02	Outros	32.279	9.083	84.783
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.887	2.744	78.482
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	2.003	1.748	1.504
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	5.557	4.591	4.797
2.01.05.02.09	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	22.832	0	0
2.01.06	Provisões	9.674	13.349	27.750

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.01.06.02	Outras Provisões	9.674	13.349	27.750
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	9.674	13.349	27.750
2.02	Passivo Não Circulante	1.544.972	893.610	1.158.042
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.349.398	753.224	1.019.128
2.02.01.02	Debêntures	1.347.544	753.224	1.018.437
2.02.01.02.01	Debêntures	1.347.544	753.224	1.018.437
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	1.854	0	691
2.02.01.03.01	Passivo de arrendamento	1.854	0	691
2.02.02	Outras Obrigações	141.384	12.171	9.808
2.02.02.02	Outros	141.384	12.171	9.808
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	15.524	12.171	9.808
2.02.02.02.07	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	125.860	0	0
2.02.04	Provisões	54.190	128.215	129.106
2.02.04.02	Outras Provisões	54.190	128.215	129.106
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	30.587	41.658	50.812
2.02.04.02.06	Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	23.603	86.557	78.294
2.03	Patrimônio Líquido	684.320	516.306	589.863
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052	314.052
2.03.01.02	A integralizar	-11.505	-11.505	-11.505
2.03.02	Reservas de Capital	491	491	491
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	491	491	491
2.03.04	Reservas de Lucros	381.282	213.268	286.825
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509	60.509
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	320.773	152.759	226.316

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.405.061	1.090.333	1.037.347
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-515.784	-313.552	-341.240
3.03	Resultado Bruto	889.277	776.781	696.107
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-73.374	-69.402	-52.957
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-73.434	-69.392	-52.927
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	60	-10	-30
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	60	-10	-30
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	815.903	707.379	643.150
3.06	Resultado Financeiro	-135.774	-157.044	-84.084
3.06.01	Receitas Financeiras	74.657	40.668	14.709
3.06.02	Despesas Financeiras	-210.431	-197.712	-98.793
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	680.129	550.335	559.066
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-222.002	-180.615	-183.584
3.08.01	Corrente	-213.527	-175.120	-180.809
3.08.02	Diferido	-8.475	-5.495	-2.775
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	458.127	369.720	375.482
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	458.127	369.720	375.482
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,69434	1,36738	1,38869

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	458.127	369.720	375.482
4.03	Resultado Abrangente do Período	458.127	369.720	375.482

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	734.598	613.980	554.718
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	995.600	853.115	769.123
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	458.127	369.720	375.482
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	127.816	104.206	102.599
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	186	1.399	1.478
6.01.01.05	Capitalização de juros	-14.339	-6.434	-7.416
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures e arrendamentos	217.484	188.352	94.674
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	16.900	14.025	4.536
6.01.01.08	Provisão e atualização monetária da provisão para manutenção	4.691	2.572	11.055
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-74	573	-428
6.01.01.10	Obrigações com Poder Concedente	19.898	17.266	15.609
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-5.844	-1.818	-1.433
6.01.01.12	Tributos diferidos	8.475	5.495	2.775
6.01.01.13	Provisão para imposto de renda e contribuição social	213.527	175.120	180.809
6.01.01.18	Juros ativos - Debêntures privadas	-51.247	-17.361	-10.617
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-261.002	-239.135	-214.405
6.01.02.01	Clientes	-16.509	-13.756	-1.056
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-4.184	-605	217
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-3.034	-474	158
6.01.02.04	Depósitos judiciais	57.385	608	90
6.01.02.05	Outros créditos	3.051	-8.360	-268
6.01.02.06	Fornecedores	13.046	2.927	-1.375
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-79	688	276
6.01.02.08	Partes relacionadas	10.798	2.157	-4.858
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.856	2.327	-300
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	-79.854	-5.762	-3.187
6.01.02.11	Pagamento de provisão para manutenção	-19.437	-26.127	-19.426
6.01.02.12	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-19.643	-17.022	-15.612

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.13	Outras contas a pagar	4.319	2.157	2.809
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-208.717	-177.893	-171.873
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-208.030	-697.195	-86.330
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-17.338	-11.844	-5.086
6.02.02	Aquisição de intangível	-188.826	-688.406	-83.984
6.02.03	Aplicações financeiras	-1.866	3.055	2.740
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-488.203	13.520	-467.509
6.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio pagos	-290.970	-519.015	-270.460
6.03.02	Pagamento de debêntures e arrendamentos	-835.771	-2.546	-102.782
6.03.03	Juros pagos sobre debêntures e arrendamentos	-307.370	-62.678	-94.267
6.03.04	Captação de Debêntures	945.908	597.759	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	38.365	-69.695	879
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.251	88.946	88.067
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	57.616	19.251	88.946

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	213.268	0	0	516.306
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	213.268	0	0	516.306
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-152.759	-137.354	0	-290.113
5.04.06	Dividendos	0	0	-152.759	-112.735	0	-265.494
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.619	0	-24.619
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	458.127	0	458.127
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	458.127	0	458.127
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	320.773	-320.773	0	0
5.06.04	Dividendos adicionais propostos	0	0	320.773	-320.773	0	0
5.07	Saldos Finais	302.547	491	381.282	0	0	684.320

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	286.825	0	0	589.863
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	286.825	0	0	589.863
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-226.316	-216.961	0	-443.277
5.04.06	Dividendos	0	0	-226.316	-199.524	0	-425.840
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-17.437	0	-17.437
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	369.720	0	369.720
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	369.720	0	369.720
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	152.759	-152.759	0	0
5.06.04	Dividendos adicionais propostos	0	0	152.759	-152.759	0	0
5.07	Saldos Finais	302.547	491	213.268	0	0	516.306

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	257.412	0	0	560.450
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	257.412	0	0	560.450
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-196.903	-149.166	0	-346.069
5.04.06	Dividendos	0	0	-196.903	-55.296	0	-252.199
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-17.735	0	-17.735
5.04.08	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-76.135	0	-76.135
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	375.482	0	375.482
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	375.482	0	375.482
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	226.316	-226.316	0	0
5.06.04	Dividendos adicionais propostos	0	0	226.316	-226.316	0	0
5.07	Saldos Finais	302.547	491	286.825	0	0	589.863

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	1.520.794	1.190.027	1.127.773
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.255.113	1.087.327	987.173
7.01.02	Outras Receitas	71.300	63.247	53.133
7.01.02.01	Outras Receitas	71.300	63.247	53.133
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	194.381	39.453	87.467
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-418.722	-236.554	-254.762
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-353.867	-177.036	-209.788
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-63.312	-58.870	-44.138
7.02.04	Outros	-1.543	-648	-836
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.102.072	953.473	873.011
7.04	Retenções	-127.816	-104.216	-102.629
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-127.816	-104.206	-102.599
7.04.02	Outras	0	-10	-30
7.04.02.02	Outras receitas (despesas), líquidas	0	-10	-30
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	974.256	849.257	770.382
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	74.717	40.668	14.709
7.06.02	Receitas Financeiras	74.657	40.668	14.709
7.06.03	Outros	60	0	0
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	60	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.048.973	889.925	785.091
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.048.973	889.925	785.091
7.08.01	Pessoal	43.934	41.692	36.993
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.824	30.809	26.715
7.08.01.02	Benefícios	9.459	9.186	8.718
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.651	1.697	1.560
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	336.192	279.661	273.174
7.08.02.01	Federais	270.416	222.610	221.555
7.08.02.03	Municipais	65.776	57.051	51.619

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	210.720	198.852	99.442
7.08.03.01	Juros	143.424	67.555	38.228
7.08.03.02	Aluguéis	289	1.140	649
7.08.03.03	Outras	67.007	130.157	60.565
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	458.127	369.720	375.482
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	24.619	17.437	17.735
7.08.04.02	Dividendos	112.735	199.524	131.431
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	320.773	152.759	226.316

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos Imigrantes” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

As comparações, exceto quando indicado ao contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Mensagem da Administração

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 23 de abril de 1998, e tem por objeto social realizar sob o regime de concessão, a exploração, nos termos e limite do Contrato de Concessão do Sistema Anchieta-Imigrantes. O Contrato de Concessão, com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, assinado em 27 de maio de 1998, possui prazo final em 11 de fevereiro de 2034. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 16.a) das Demonstrações Financeiras. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, Bairro Jardim Represa, no município de São Bernardo do Campos – SP.

Em 31 de março de 2022, ocorreu a celebração do Termo Aditivo e Modificativo (TAM) nº 20/2022, que estabeleceu que a Companhia assumirá a execução de obras de complementação do dispositivo de acesso ao Bairro Jardim Casqueiro, localizado no km 59+850 da Rodovia Anchieta, mediante a implantação de via coletora na pista norte e a alça de acesso do viaduto à Av. Joaquim Jorge Peralta, além de outras intervenções. As obras proporcionarão melhorias nos acessos, trânsito e segurança dessa região do município de Cubatão-SP e serão realizadas até setembro de 2023.

Em 30 de setembro de 2022, ocorreu a celebração do Termo Aditivo e Modificativo (TAM) nº 21/2022, que estabeleceu que a Companhia assumirá a execução de obra correspondente à implantação de Ciclovia e Passarela da chamada “Rota Márcia Prado” entre o km 38 e o km 42 da Rodovia dos Imigrantes (SP 160).

Ambos os Termos Aditivos geraram um impacto no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, a ser reequilibrado em favor da Ecovias, mediante a prorrogação de prazos, com término da concessão no dia 11 de fevereiro de 2034, considerando a projeção de tráfego conforme metodologia ARTESP, podendo variar conforme aferição do tráfego futuro, seguindo a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal.

Planejamento, gestão estratégica e a busca incessante pela prestação de serviços com excelência são algumas das características que têm permitido a Ecovias dos Imigrantes, concessionária que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes, a atingir seus resultados desde o início de suas atividades, em 29 de maio de 1998. Em consonância com as diretrizes e os objetivos do Grupo EcoRodovias, todo trabalho vem sendo realizado com visão de longo prazo e respeito ao desenvolvimento sustentável.

A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecovias dos Imigrantes agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 62.296 mil em 2022, aumento de 4,9% em relação a 2021. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 5,2% devido à flexibilização das regras de isolamento social no combate à Covid-19 em função da evolução dos programas e campanhas de vacinação. O tráfego de veículos pesados apresentou crescimento de 4,6% devido, principalmente, ao aumento das exportações de soja e milho e importações de fertilizantes.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$1.520,8 milhões em 2022, aumento de 27,8% em relação ao ano anterior devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos e reajuste das tarifas de pedágio. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$115,7 milhões, 16,1% superior a 2021.

Receita de Pedágio: R\$1.255,1 milhões em 2022, aumento de 15,4% devido ao crescimento do tráfego de veículos e reajuste das tarifas de pedágio.

Receita Acessória: R\$71,3 milhões em 2022, aumento de 12,7% em função do incremento nas receitas com fibra ótica e arrendamento de áreas.

Receita de Construção: R\$194,4 milhões em 2022, aumento de R\$154,9 milhões devido ao maior volume de obras no período.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$1.405,1 milhões em 2022. Excluindo a receita de construção, a receita líquida ajustada totalizou R\$1.210,7 milhões, aumento de 15,2% em relação a 2021.

Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº20 da Demonstração Financeira da Companhia.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$589,2 milhões em 2022, aumento de 53,9% em relação a 2021. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$267,0 milhões, aumento de 10,0% em comparação ao ano anterior. As principais variações foram:

Pessoal: R\$43,9 milhões em 2022, aumento de 5,4% devido, principalmente, à provisão de participação nos resultados (PLR).

Conservação e Manutenção: R\$34,3 milhões em 2022, redução 2,7% em função, principalmente do ressarcimento de danos ao patrimônio.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Serviços de terceiros: R\$137,6 milhões em 2022, aumento de 16,9% devido, principalmente, aos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$24,9 milhões em 2022, aumento de 7,4% devido ao incremento da outorga variável, em função do crescimento da receita de pedágio.

Outros: R\$26,3 milhões, aumento de 5,6% devido, principalmente, à provisão de condenações cíveis.

Depreciação e Amortização: R\$127,8 milhões em 2022, aumento de 22,7% devido ao aumento na base de itens de imobilizado e intangível.

Provisão para manutenção: em 2022, não foram registradas provisões para manutenção devido à readequação do cronograma de obras.

Custo de construção de obras: R\$194,4 milhões em 2022, aumento de R\$154,9 milhões devido ao maior volume de obras no período.

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº21 da Demonstração Financeira da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

Em 2022, o EBITDA totalizou R\$943,7 milhões e a margem EBITDA, 67,2%. O EBITDA Ajustado, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$943,7 milhões, aumento 16,8% em relação a 2021 e margem EBITDA Ajustada de 77,9%.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$135,8 milhões, redução de 13,5% em relação a 2021, impactado principalmente, pela variação monetária sobre debêntures, em função da redução do IPCA.

Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº 22 da Demonstração Financeira da Companhia.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2022, a Ecovias dos Imigrantes apresentou lucro líquido de R\$458,1 milhões, aumento de 23,9% em relação ao resultado de 2021.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecovias dos Imigrantes encerrou dezembro de 2022 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo no valor de R\$60,2 milhões, e endividamento bruto (composto por debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com Poder Concedente) de R\$1.801,2 milhões. A dívida líquida encerrou o ano em R\$1.734,6 milhões com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado em 1,8x.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas da Demonstração Financeira nº 12, nº 13 e nº 16.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$239,9 milhões em 2022, os principais investimentos realizados foram em obras contratuais.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2022: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Os honorários relativos ao exercício de 2022 totalizaram R\$245,1 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2022.

São Bernardo do Campo – SP, 15 de março de 2023.

A Administração

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 23 de abril de 1998, e tem por objeto social realizar sob o regime de concessão, a exploração, nos termos e limite do Contrato de Concessão do Sistema Anchieta-Imigrantes. O Contrato de Concessão, com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, assinado em 27 de maio de 1998, possui prazo final em 11 de fevereiro de 2034. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 16.a). A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, Bairro Jardim Represa, no município de São Bernardo do Campos - SP. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona – Itália.

Em 15 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Grupo EcoRodovias vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos estaduais e federal em que o Grupo atua. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia entende que não há outros impactos relevantes a serem comentados, uma vez que o tráfego de veículos leves e pesados, principal indicador impacto pela COVID-19, já apresentou recuperação a níveis pré-pandemia.

b) Conflito entre Rússia e Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia, por se tratarem de fornecimento de fertilizantes NPK (nitrogenados (N), fosfatados (P) e potássio (K)) para o Brasil, setor adverso ao da Companhia.

c) ASG – Ambiental, Social e Governança (ESG – Environmental, Social and Governance)

A estratégia do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, para a abordagem das mudanças climáticas segue duas vertentes. A primeira, focada na mitigação das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE), estabelece diretrizes para a redução das emissões decorrentes das suas atividades de concessão rodoviária e portuária. Ao longo de 2022, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização, considerando uma perspectiva de longo prazo (2030). Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos.

A segunda vertente versa sobre os impactos decorrentes das mudanças climáticas – adaptação. O Grupo EcoRodovias estabeleceu estudos neste sentido, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos. Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda de receita (diminuição ou interrupção no fluxo de

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

veículos), custos diretos para saneamento do evento, seguros, jurídicos e de multas. Os resultados dos trabalhos foram incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1. Declaração de conformidade e base de preparação**

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 22).

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantido para negociação; ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota Explicativa nº 10 Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos das debêntures

Os custos das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação.

g) Arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês).

h) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e vigentes

Não houve mudanças significativas nas normas internacionais de contabilidade em 2022. Embora o IASB tenha feito algumas alterações nas normas que se aplicam a partir de 1º de janeiro de 2022, elas são em grande parte esclarecimentos. Dessa forma, nenhuma das referidas alterações exigiu alteração nas políticas contábeis da Companhia, tampouco gerou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações.

i) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – *Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenants* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

j) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

k) Benefícios a empregados – Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

l) Demonstração do valor adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contemplados a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPCo1 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo a esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Capitalização dos custos das debêntures

Conforme descrito na Nota Explicativa 3.e, a Companhia capitaliza os custos de debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês.

Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 9,54% ao ano (9,24% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês), calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	4.641	2.577
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	49.509	9.645
Aplicações automáticas (b)	3.466	7.029
	<u>57.616</u>	<u>19.251</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “Renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor.

Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 95,1% aplicações de aplicações em Certificados de Depósito Bancários 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. (Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 100,0% aplicações em Certificados de Depósito Bancários (CDB)).

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,4% em 31 de dezembro de 2022 (103,1% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia possui aplicações automáticas, nas quais os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência, podendo variar de 2% a 100% do CDI. A Companhia mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2022	31/12/2021
Recursos não vinculados	2.545	679
	<u>2.545</u>	<u>679</u>

Em 31 de dezembro 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa de 103,4% do CDI, vinculado ao fundo de investimento, remunerado à taxa média ponderada de 103,4% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui Liquidez Diária. Em 31 de dezembro de 2021, os recursos referiam-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerados à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possuía carência até 13 de junho de 2022.

7. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias.

A composição está assim representada:

	31/12/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico (a)	78.798	64.181
Receitas acessórias (b)	3.125	3.125
Outras contas a receber	6.374	4.482
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (c)	(1.172)	(1.246)
	<u>87.125</u>	<u>70.542</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.
- (c) O valor das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	86.979	70.059
Vencidos:		
Até 30 dias	212	828
De 31 a 90 dias	53	98
De 90 a 120 dias	30	45
Acima de 120 dias	1.023	758
	<u>88.297</u>	<u>71.788</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(1.246)	(673)
Valores recuperados	726	268
Constituição de PECLD	(652)	(841)
Saldo no fim do exercício	<u>(1.172)</u>	<u>(1.246)</u>

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais é:

<u>Natureza</u>	31/12/2022	31/12/2021
Cível	8.957	3.847
Tributário	3.501	5.374
Trabalhista	4.609	5.087
Ambiental (**)	-	63.511
Desapropriações	18	17
Órgão Regulador (*)	9.210	-
	<u>26.295</u>	<u>77.836</u>

(*) Trata-se de depósitos em garantia, realizados em ações anulatórias movidas em face da ARTESP e que discutem a aplicabilidade de multa administrativa em decorrência de possível descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de concessão. A Concessionária entende que as multas não são devidas, e para possibilitar a discussão da matéria e obter a suspensão da exigibilidade do pagamento até o final do processo, foram apresentados depósitos judiciais em garantia.

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas. As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 18 Provisão para Perdas Cíveis, Trabalhistas e Tributárias.

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	77.836	76.626
Adições	23.578	120
Baixas (**)	(80.963)	(728)
Atualização monetária	5.844	1.818
Saldo no fim do exercício	<u>26.295</u>	<u>77.836</u>

(**) Vide Nota Explicativa nº 18.a)

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****9. IMOBILIZADO**Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Veículos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	25,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	2,9	5,6	3,5	-	8,4	5,4	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2021	123.050	27.224	7.322	3.304	7.293	-	168.193
Adições	14.227	2.190	415	-	432	74	17.338
Transferências	177	-	-	-	-	-	177
Saldos em 31/12/2022	137.454	29.414	7.737	3.304	7.725	74	185.708
DEPRECIAÇÃO							
Saldos em 31/12/2021	(113.472)	(18.901)	(6.211)	-	(5.271)	-	(143.855)
Adições	(3.799)	(1.584)	(260)	-	(634)	(2)	(6.279)
Transferências	(6)	-	-	-	-	-	(6)
Saldos em 31/12/2022	(117.277)	(20.485)	(6.471)	-	(5.905)	(2)	(150.140)
RESIDUAL							
Em 31/12/2022	20.177	8.929	1.266	3.304	1.820	72	35.568
Em 31/12/2021	9.578	8.323	1.111	3.304	2.022	-	24.338

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	2,6	5,4	3,4	-	3,7	-
CUSTO						
Saldos em 31/12/2020	118.775	22.142	6.952	3.304	5.178	156.351
Adições	4.277	5.082	370	-	2.115	11.844
Baixas	(2)	-	-	-	-	(2)
Saldos em 31/12/2021	123.050	27.224	7.322	3.304	7.293	168.193
DEPRECIAÇÃO						
Saldos em 31/12/2020	(110.383)	(17.566)	(5.970)	-	(5.043)	(138.962)
Adições	(3.091)	(1.335)	(241)	-	(228)	(4.895)
Baixas	2	-	-	-	-	2
Saldos em 31/12/2021	(113.472)	(18.901)	(6.211)	-	(5.271)	(143.855)
RESIDUAL						
Em 31/12/2021	9.578	8.323	1.111	3.304	2.022	24.338
Em 31/12/2020	8.392	4.576	982	3.304	135	17.389

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

10. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPCo6 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	5,0	-	-
Custo					
Saldos em 31/12/2021	3.440.204	195.842	11.755	7.333	3.655.134
Adições	171.689	180.075	93	8.322	360.179
Baixa	(1.515)	(154)	-	-	(1.669)
Transferências	173.145	(173.322)	-	-	(177)
Saldos em 31/12/2022	3.783.523	202.441	11.848	15.655	4.013.467
Amortização					
Saldos em 31/12/2021	(1.743.665)	-	(9.893)	(6.679)	(1.760.237)
Adições	(117.379)	-	(587)	(3.571)	(121.537)
Transferências	6	-	-	-	6
Saldos em 31/12/2022	(1.861.038)	-	(10.480)	(10.250)	(1.881.768)
Residual					
Saldos em 31/12/2022	1.922.485	202.441	1.368	5.405	2.131.699
Saldos em 31/12/2021	1.696.539	195.842	1.862	654	1.894.897

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	5,1	-	-
Custo					
Saldos em 31/12/2020	2.745.748	197.725	10.887	7.266	2.961.626
Adições	676.399	17.573	868	67	694.907
Baixa	(1.255)	(144)	-	-	(1.399)
Transferências	19.312	(19.312)	-	-	-
Saldos em 31/12/2021	3.440.204	195.842	11.755	7.333	3.655.134
Amortização					
Saldos em 31/12/2020	(1.647.408)	-	(9.320)	(4.198)	(1.660.926)
Adições	(96.257)	-	(573)	(2.481)	(99.311)
Saldos em 31/12/2021	(1.743.665)	-	(9.893)	(6.679)	(1.760.237)
Residual					
Saldos em 31/12/2021	1.696.539	195.842	1.862	654	1.894.897
Saldos em 31/12/2020	1.098.340	197.725	1.567	3.068	1.300.700

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de dezembro de 2022, as principais adições nesta rubrica referem-se a: reabilitação e conservação e levantamento de parâmetros de pavimentos, sinalização, contenção de encostas, obras de desapropriação e infraestruturas das praças de pedágio, e ao Ônus de Concessão, e ao provisionamento do Acordo Não Persecução Cível no montante de R\$148.692.

(ii) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2022 foram de 3,17% a.a. (3,10% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

De acordo com as modificações introduzidas pelo Termo Aditivo Modificativo (TAM) 19/2021, anualmente, na data de reajuste da tarifa e de acordo com o Fluxo de Caixa Marginal, a Companhia faz jus ao direito da diferença ocasionada pela substituição do tráfego e receita projetada para o reequilíbrio pelo tráfego e receita efetivamente ocorrida no período imediatamente anterior à data do reajuste, revisando-se desta forma o prazo de extensão inicialmente previsto para o reequilíbrio contratual proporcionado por cada um dos termos aditivos, que poderá/deverá sofrer alterações, uma vez que: (i) o IPCA será utilizado exclusivamente para o reajuste da base tarifária quilométrica; (ii) o novo índice monetário contratual (IAM), que considera uma mescla entre IPCA e IGPM, servirá para todas as outras finalidades do contrato; (iii) a Portaria 35 emitida pela ARTESP, que dispõe sobre a apuração do desequilíbrio e reequilíbrio através de Fluxo de Caixa Marginal, estabelece que os cálculos deverão ser feitos a preços constantes e a valores da data base contratual (neste caso julho/97), retroagidos de acordo com o índice e os prazos de reajuste definidos no contrato de concessão, neste caso, o IAM; e (iv) considerando que a tarifa será reajustada sempre pelo IPCA, e o índice contratual considera uma mescla entre IPCA e IGPM, identifica-se um possível “*upside*” ou “*downside*” se confirmadas as projeções atuais, necessitando de um maior ou menor prazo para o reequilíbrio. Dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, considera-se para fins de amortização, o prazo de 09 de outubro de 2036, em substituição a data contratual de 11 de fevereiro de 2034.

(iii) As principais adições na rubrica “Intangível em Andamento” no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referem-se a: implantação da conexão de Porto de Santos, interligação entre margens e consultoria de apoio às obras de conservação e ampliação, e recuperação de encostas e projeto Binário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram capitalizados R\$14.339 referentes a encargos financeiros (R\$6.434 em 31 de dezembro de 2021) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de debêntures.

A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2022. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighed Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 10,45% a.a. (17,64% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCROPolítica contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Balço patrimonial			Resultado	
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	31/12/2022
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	6.705	2.047	(1.731)	7.021	(316)
Provisão para manutenção	18.703	1.595	(6.608)	13.690	5.013
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	242	16	(116)	142	100
Efeito Lei nº12.973/14 - extinção RTT	(9.867)	-	828	(9.039)	(828)
Juros capitalizados	(6.932)	(4.875)	372	(11.435)	4.503
Outros	28	4	(7)	25	3
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	8.879	(1.213)	(7.262)	404	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					8.475

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC32 – Tributos sobre o Lucro, parágrafo 73, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 R\$404 no ativo não circulante (R\$8.879 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2021), e registrou R\$8.475 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício.

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	3.363
2023	1.412	1.631
2024	1.413	927
2025	550	927
2026	550	927
2027	550	1.104
Posteriores a 2027	(4.071)	-
	404	8.879

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	680.129	550.335
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(231.244)	(187.114)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores	(170)	(103)
Juros sobre capital próprio	8.371	5.928
Despesas indedutíveis	(9)	(5)
Incentivos fiscais (PAT)	638	641
Outros	412	38
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(222.002)	(180.615)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(213.527)	(175.120)
Impostos diferidos	(8.475)	(5.495)
Taxa efetiva	32,6%	32,8%

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	15.364	18.137
Despesa IR/CS DRE	213.527	175.120
Total de IR/CS pagos	(208.717)	(177.893)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	20.174	15.364

12. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2022	31/12/2021
2ª Emissão	04/2024	IPCA+4,28%a.a.	819.410	1.162.935
3ª Emissão	05/2022	CDI+1,05% a.a.	-	606.935
4ª Emissão	04/2024	CDI+1,20% a.a.	975.301	-
			1.794.711	1.769.870
Circulante			447.167	1.016.646
Não circulante			1.347.544	753.224

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2023	-	-	-	377.386	(1.200)	376.186
2024	1.348.606	(1.062)	1.347.544	377.469	(431)	377.038
	1.348.606	(1.062)	1.347.544	754.855	(1.631)	753.224

A movimentação das debêntures no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	1.769.870	1.046.437
Adições	945.908	597.759
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 22)	217.154	188.209
Pagamento principal	(831.181)	-
Pagamento de juros	(307.040)	(62.535)
Saldo no fim do exercício	1.794.711	1.769.870

2ª Emissão

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881.000 com atualização monetária pela variação do IPCA e acréscidos de juros remuneratórios, sendo:

1ª série - R\$200.000, com juros remuneratórios de 3,80%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento foi em 15 de abril de 2021, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020. A referida série foi quitada em 15 de abril de 2021; e

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2ª série - R\$681.000, com juros remuneratórios de 4,28%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

3ª Emissão

Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a 3ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia. Foram emitidas 600.000 debêntures ao valor unitário de R\$1, totalizando R\$600.000. As referidas debêntures foram remuneradas a taxa de CDI + 1,05% a.a. O prazo de vencimento do valor principal foi de 12 meses e o pagamento da remuneração foi realizado semestralmente em duas parcelas, sem carência, ambos a partir da data de emissão. Em 10 de maio de 2021, ocorreu a entrada de recursos das referidas debêntures. A emissão não contava com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

A referida emissão foi quitada em 23 de março de 2022.

4ª Emissão

Em 22 de fevereiro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, aprovou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. A emissão é composta de 950 debêntures, com valor nominal de R\$1, perfazendo um total de R\$950.000, na data de emissão. O prazo de vencimento do principal é de 25 meses, contados da data de emissão. As referidas debêntures serão remuneradas pelo CDI + 1,25% a.a., e o pagamento da remuneração será realizado semestralmente, com carência de 7 meses contados da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão foram destinados ao pagamento da 3ª emissão de debêntures e reforço de caixa para operações de investimento. As referidas debêntures não contam com garantias de qualquer natureza. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 22 de março de 2022.

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"). Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com os referidos índices:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,5 x	1,85
	Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	>2,0x	6,93
4ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤3,50 x	1,84

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas do referido contrato.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Custos com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
2ª série – 2ª emissão	15/04/2013	681.000	(23.462)	657.538	IPCA + 4,28% a.a.	10,60%
Serie única - 4ª emissão	22/03/2022	950.000	(3.879)	946.121	CDI + 1,20% a.a.	7,39%
		<u>1.631.000</u>	<u>(27.341)</u>	<u>1.603.659</u>		

13. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações brutas de arrendamentos – pagamentos mínimos de arrendamento:	<u>4.437</u>	<u>705</u>
Circulante	2.583	705
Não circulante	1.854	-

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	705	3.184
Adições	8.322	67
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 22)	330	143
Pagamento principal	(4.590)	(2.546)
Pagamento de juros	(330)	(143)
Saldo no fim do exercício	<u>4.437</u>	<u>705</u>

14. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla “ECOR3”.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receita	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	5.517	10.179	-	65.351	51.347
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora	37	-	-	421	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora	-	442.564	-	51.247	-	-
CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenhe.Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	3.564	935	-	-	-
TB Transportadora Betume Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	126	29	-	-	-
Consórcio Baixada Santista (e)	Outras partes relacionadas	-	196	-	-	-	-
Consórcio Binário Porto de Santos (f)	Outras partes relacionadas	-	73.068	9.690	-	-	-
Consórcio PSG (g)	Outras partes relacionadas	-	269	-	-	-	-
Conc. Ayrton Senna & Carvalho Pinto - Ecopistas (h)	Outras partes relacionadas	-	-	1	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2022		37	525.304	20.834	51.668	65.351	51.347
Total em 31 de dezembro de 2021		65	413.760	10.064	17.718	49.846	46.012

- a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre Companhia e a controladora é de R\$121.199. O saldo em aberto de R\$10.179 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- b) Locação do prédio administrativo para a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Em 31 de dezembro de 2022, o valor mensal da locação é de R\$37 (R\$35 em 31 de dezembro de 2021).
- c) Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação "Privada" em série única da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no valor nominal total de R\$300.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,5% do CDI over. Os juros e o principal serão pagos em parcela única na data do seu vencimento 12 de abril de 2025.
- d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda, prestam serviço de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$25.882. O prazo para execução desses trabalhos é em 30 de março de 2024. O saldo em aberto de R\$964 em 31 de Dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- e) O Consórcio Baixada Santista, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda. e Crasa Infraestrutura S.A., prestou serviço de "Recuperação do Pavimento Flexível nas Rodovias que compõe o SAI - Sistema Anchieta-Imigrantes e usinagem de CBUQ, inclusive com Asfaltos Modificados na Usina das Ecovias". O preço global firmado é de R\$18.731 e o prazo final para execução destes serviços foi 31 de janeiro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, não há saldo em aberto.
- f) O Consórcio Binário Porto de Santos, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda. e Crasa Infraestrutura S.A., presta serviço de "Ampliação da Segunda Fase da adequação do sistema viário entre os KM 61,5 e KM 65 da SP-150 (Anchieta)". O preço global firmado é de R\$160.359 e o prazo final para execução destes serviços é 01 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto de R\$9.690 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- g) O Consórcio PSG, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda. e Crasa Infraestrutura S.A, prestou serviços de assessoria técnica e coordenação dos serviços de elaboração e revisão dos projetos básicos e executivos do empreendimento, para as obras de interligação entre a Rodovia SP-150 e a Rodovia SP-055. O preço global firmado é de R\$ 3.769 e o prazo final para execução destes serviços foi 30 de junho de 2022. Em 31 de Dezembro de 2022, não há saldo a pagar em aberto.
- h) O saldo refere-se a repasse de despesas entre as unidades.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2023, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$1.844, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras.

A remuneração dos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração (fixa/variável)	1.200	1.004
Remun.com base em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	(5)	(47)
Gratificação	270	-
Seguro de vida	3	3
Assistência saúde	79	76
Previdência privada	30	27
FGTS	55	46
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo		
Prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock -</i>		
PRS)	212	177
	<u>1.844</u>	<u>1.286</u>

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 9,54% ao ano (9,24% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021), correspondente ao Custo

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2022
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 21)	571.771	-	-	571.771
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 21)	(106.108)	-	-	(106.108)
Realização da manutenção	(496.834)	(19.437)	-	(516.271)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 22)	86.178	-	4.691	90.869
	<u>55.007</u>	<u>(19.437)</u>	<u>4.691</u>	<u>40.261</u>
Circulante	13.349			9.674
Não circulante	41.658			30.587

	31/12/2020	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2021
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 21)	570.565	1.206	-	-	571.771
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 21)	(101.397)	(4.711)	-	-	(106.108)
Realização da manutenção	(470.707)	-	(26.127)	-	(496.834)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 22)	80.101	-	-	6.077	86.178
	<u>78.562</u>	<u>(3.505)</u>	<u>(26.127)</u>	<u>6.077</u>	<u>55.007</u>
Circulante	27.750				13.349
Não circulante	50.812				41.658

16. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2022	31/12/2021
Parcelas variáveis	<u>2.003</u>	<u>1.748</u>

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em um percentual de 1,5% da receita de arrecadação de pedágio e receitas acessórias.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	1.748	1.504
Custo (vide Nota Explicativa nº 21)	19.898	17.266
Intangível (*)	-	630.866
Pagamento do principal	<u>(19.643)</u>	<u>(647.888)</u>
Saldo no final do exercício	<u>2.003</u>	<u>1.748</u>

(*) Ônus da Concessão complementar na assinatura do TAM 19/2021

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Informações do Contrato de Concessão

Contratante: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP.

Data da assinatura: 29 de maio de 1998.

Valor da outorga: R\$717.866 sendo (i) R\$87.000, pagos em 240 parcelas fixas mensais, reajustadas pela variação do IGP-M, desde a assinatura do contrato; e (ii) R\$630.866, pagos no ato da assinatura do Termo Aditivo Modificativo 19/2021.

Objeto da Concessão: Exploração mediante a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão e fiscalização dos serviços complementares, mediante o recebimento de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários, do Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, e é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

Índice de reajuste: IPC-A, à partir do TAM 19/2021.

Data de reajuste: 1º de julho de cada ano.

Em 17 de agosto de 2022, a Companhia, assinou o Termo Aditivo Modificativo Coletivo nº 02/2022, com o Estado de São Paulo, representado pela Secretaria de Logística e Transportes (“Poder Concedente”), e ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, na qualidade de interveniente-anuente.

O TAM Coletivo tinha por objeto disciplinar o reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessão das Concessionárias do Estado de São Paulo, em razão da não aplicação do reajuste tarifário de 11,7% previsto para 1º de julho de 2022. O reequilíbrio ocorreu por meio de pagamentos bimestrais, realizados pelo Poder Concedente às Concessionárias no último dia útil dos meses de (i) agosto, (ii) outubro e (iii) dezembro de 2022, relativo ao montante da receita que deixou de ser arrecadado dos seguintes períodos: (i) 1º de julho a 15 de agosto; (ii) 16 de agosto a 15 de outubro; e (iii) 16 de outubro a 15 de dezembro de 2022. O TAM Coletivo ainda previa que o reajuste das tarifas de pedágio de 11,7% seria aplicado até 16 de dezembro de 2022, data em que foi efetivamente aplicado o reajuste da tarifa.

Prazo de vigência: O prazo original do Contrato de Concessão é de 240 meses a partir da data de transferência do Sistema rodoviário, com término inicialmente previsto para 28 de maio de 2018. Em 21 de dezembro de 2006 foi celebrado o Termo Aditivo Modificativo nº 10/2006 que reequilibrou a equação econômico-financeiro estendendo o prazo da concessão para mais 70 meses, com término previsto para 28 de março de 2024. Em 13 de novembro de 2012 foi celebrado o Termo Aditivo Modificativo nº 16/2012 que incluiu novos investimentos e reequilibrou a equação econômico-financeira estendendo o prazo da concessão para mais 18 meses e 11 dias, com término previsto para 09 de outubro de 2025. Em 24 de abril de 2018, foi celebrado o Termo Aditivo Modificativo nº 17/2018 que incluiu novos investimentos e reequilibrou a equação econômico-financeira estendendo o prazo da concessão para mais 7 meses e 24 dias, com término previsto para 02 de junho de 2026. Em 24 de novembro de 2021, foi celebrado o Termo Aditivo Modificativo nº 19/2021 que incluiu novos investimentos, reequilibrou a equação econômico-financeira, ajustou a extensão de prazo dos Termos Aditivos Modificativos nºs 15/2011, 16/2012 e 17/2018, estendendo o prazo da concessão com término previsto para 19 de novembro de 2033, considerando projeção de tráfego conforme metodologia ARTESP, podendo variar conforme aferição do tráfego futuro, seguindo a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal. No exercício findo em 31 de dezembro

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

de 2022, foram celebrados os Termos Aditivos Modificativos nºs 20 e 21, que incluíram novos investimentos e reequilibraram a equação econômico-financeira, estendendo o prazo da concessão com término previsto para 11 de fevereiro de 2034.

A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio-financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as assinaturas dos Termos Aditivos Modificativos nº 20/2022 e 21/2022, destacados abaixo:

Termo Aditivo Modificativo – (“TAM”) nº 020/2022

Em 31 de março de 2022, ocorreu a celebração do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 20/2022, ao contrato de concessão 007/CR/1998, entre a Companhia, a Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”).

O TAM nº 20/2022 estabeleceu que a Ecovias assumirá a execução de obras de complementação do dispositivo de acesso ao Bairro Jardim Casqueiro, localizado no km 59+850 da Rodovia Anchieta, mediante a implantação de via coletora na pista norte e a alça de acesso do viaduto à Av. Joaquim Jorge Peralta, além de outras intervenções. As obras proporcionarão melhorias nos acessos, trânsito e segurança dessa região do município de Cubatão-SP e serão realizadas até setembro de 2023.

O valor total das obras e serviços é de R\$72.675 (base: set/2021), gerando um impacto no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a uma taxa interna de retorno (TIR) de 8,583%, a ser reequilibrado em favor da Ecovias, mediante a prorrogação de prazo de 62 dias, com término no dia 21 de janeiro de 2034, considerando a projeção de tráfego conforme metodologia ARTESP, podendo variar conforme aferição do tráfego futuro, seguindo a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal.

Termo Aditivo Modificativo – (“TAM”) nº 021/2022

Em 30 de setembro de 2022, ocorreu a celebração do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 21/2022, ao contrato de concessão 007/CR/1998, entre a Companhia, a Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”).

O TAM nº 21/2022 estabeleceu que a Ecovias assumirá a execução de obra correspondente à implantação de Ciclovia e Passarela da chamada “Rota Márcia Prado” entre o km 38 e o km 42 da Rodovia dos Imigrantes (SP 160). A obra proporcionará maior segurança viária aos ciclistas que acessam o trecho com destino ao litoral, possibilitando a segregação do trânsito das bicicletas do tráfego da Rodovia dos Imigrantes e será realizada até outubro/2023.

O valor total das obras e serviços é de R\$17.200 (base: mar/2022), gerando um impacto no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a uma taxa interna de retorno (TIR) de 9,46%, a ser reequilibrado em favor da Ecovias, mediante a prorrogação de prazo de 21 dias, com término da concessão no dia 11 de fevereiro de 2034, considerando a projeção de tráfego conforme metodologia ARTESP, podendo variar conforme aferição do tráfego futuro, seguindo a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal.

Casos de extinção: Conforme cláusula 38 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; e (e) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita e o custo de construção totalizaram R\$194.381, não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 15 Provisão para Manutenção, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão.

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2022, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2022	31/12/2021
<u>Natureza dos custos</u>		
Melhorias na infraestrutura	490.667	425.454
Conservação especial (manutenção)	1.067.975	1.130.992
Equipamentos	57.729	55.741
Total	1.616.371	1.612.187

Seguros Contratados

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2022, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

Natureza	Início Vigência	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Ampliações	28/05/2022	01/01/2024	Pottencial	173.863
Seguro Garantia - Operações	28/05/2022	01/01/2024	Pottencial	534.233
				708.096

17. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

Acordo de Não Persecução Cível ("ANPC")

Em 06 de abril de 2020, conforme Fato Relevante divulgado pela controlada indireta nessa data, a Concessionária Ecovias do Imigrantes S.A. ("Ecovias") celebrou acordo de não persecução cível ("ANPC") com o MPSP. O ANPC foi celebrado no âmbito e com vistas à resolução consensual dos objetos dos inquéritos civis PJPP-CAP nº 1.071/2014, 295/2018 e 489/2018, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital de São Paulo.

Nos termos do ANPC, a Ecovias se obrigava a realizar obras e pagamentos que, somados, atingem o montante de R\$638.000, sendo: A) R\$450.000 em obras de interesse público, originalmente não previstas no contrato de concessão da Ecovias, consistentes na construção do Boulevard Anchieta, no prazo de 8 anos; B) R\$150.000 para fins de desconto tarifário pela Ecovias ou pagamento diretamente à Fazenda do Estado de São Paulo em 8 parcelas anuais, conforme preferência a ser declarada pelo Estado de São Paulo; e C) R\$38.000 a título de multas, que seriam arcados pela Companhia. Adicionalmente, a

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Companhia arcaria com o pagamento de R\$12.000, decorrentes de outras obrigações. O ANPC necessitaria ser homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo ("CSMP") e, posteriormente, por uma das Varas da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para surtir efeitos.

Conforme Fato Relevante de 15 de março de 2022, o ANPC foi integralmente homologado pelo CSMP. Como o entendimento da Companhia era pela grande probabilidade da homologação integral do ANPC pelo CSMP, a Administração da Companhia já havia reconhecido a obrigação de multas a pagar em suas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, no montante total de R\$57.349, sendo R\$50.000 de principal, adicionada a atualização monetária de R\$7.349 conforme tabela prática do TJSP.

Por fim, conforme Fato Relevante de 04 de abril de 2022, o ANPC foi homologado judicialmente em 1º de abril de 2022 pelo juiz da 1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de São Paulo/SP, passando a surtir efeitos. Foi iniciado o cumprimento das obrigações estabelecidas e já exigíveis, mediante (i) a realização do pagamento de duas parcelas semestrais das multas estipuladas em R\$38.000, (ii) a realização do pagamento integral dos R\$12.000 decorrentes de outras obrigações e (iii) em continuidade à decisão do Governo do Estado de São Paulo que ratificou a execução dos R\$450.000 em obras de interesse público, foi instaurado procedimento administrativo pela ARTESP para esta finalidade e constituído, pela Portaria Conjunta SLT/ARTESP nº. 01 de 29 de setembro de 2022, Grupo Técnico para elaboração do Projeto Executivo destas obras, já tendo sido realizadas 04 reuniões no Grupo Técnico com a participação da SLT, ARTESP, Ecovias e o DER/SP.

Com relação ao cumprimento de obrigação de pagar ou conceder desconto tarifário, referente ao valor de R\$150.000, conforme documentação juntada em 27 de dezembro de 2022 pela Superintendência Jurídica da Artesp aos autos do processo administrativo (ARTESP-EXP-2022/06923), instaurado pela Agência para acompanhamento das obrigações previstas no ANPC, em 30 de setembro de 2022, o Secretário de Governo do Estado de São Paulo, acolheu, por meio do despacho SEGOVDES202237145A, proposta contida em despacho do Secretário de Logística e Transportes, de 26 de setembro de 2022, pela qual havia preferência pelo recebimento em dinheiro, com pagamento a ser realizado em 8 parcelas anuais.

Considerando a opção pelo recebimento em dinheiro pelo Secretário de Governo do Estado de São Paulo, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou o registro da referida obrigação, atualizada pela tabela prática do TJSP, ajustada a valor presente, de acordo com a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente no montante de R\$148.692, sendo a contrapartida a rubrica "Intangível", sub-rubrica "Contrato de Concessão", de acordo com a Interpretação Técnica ICPC-01 Contratos de Concessão, a Orientação Técnica OCPC05 – Contratos de Concessão e o Pronunciamento Técnico CPC04 – Ativo Intangível (R1), por se tratar no entendimento da Administração de valor que contribui de forma direta para a continuidade do Contrato de Concessão e sua correspondente geração de fluxos futuros, sendo assim, interpretado como um complemento ao direito de uso da Concessão.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****18. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS**Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Ambiental (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Tributárias (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	63.511	13.779	4.141	5.126	86.557
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	6.117	1.515	271	7.903
(-) Pagamentos/baixas	(68.697)	(5.003)	(1.060)	(5.094)	(79.854)
(+) Atualização monetária	5.186	3.018	476	317	8.997
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	17.911	5.072	620	23.603

	Ambiental (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Tributárias (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	61.783	7.809	3.581	5.121	78.294
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	7.265	886	2	8.153
(-) Pagamentos	-	(4.801)	(961)	-	(5.762)
(+) Atualização monetária	1.728	3.506	635	3	5.872
Saldos em 31 de dezembro de 2021	63.511	13.779	4.141	5.126	86.557

a) Processos ambientais

A baixa refere-se à ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Companhia não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$ 3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Foi interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 29 de março de 2019, diante da decisão que reconheceu que a correção monetária foi considerada no valor já depositado e delimitou a data para a aplicação dos juros, a Ecovias realizou o depósito complementar de R\$ 6.522. Em 30 de setembro de 2014, em razão da probabilidade de perda provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 31 de dezembro de 2022, incluindo o valor do depósito complementar de R\$ 6.522, era de R\$ 68.697 (em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 63.511), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de “Contratos de concessão”. A premissa de registro na rubrica de “Contrato de concessão” foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor foi objeto de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente através do Termo Aditivo Modificativo – TAM nº 19/2021. Em 25/02/2021 foi iniciado o cumprimento provisório de sentença pela CDHU. Em novembro de 2022, nos autos do cumprimento de sentença, o juiz delimitou o percentual devido à CDHU e à Fazenda Estadual em relação ao valor depositado, deixando claro que não existe saldo devedor pela Ecovias, motivo pelo qual a Companhia “realizou a adequação dos saldos” entre depósitos judiciais e passivo constituído anteriormente.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

b) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias, não existindo processo de valor individual relevante. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2021 R\$98.405 (R\$48.949 em 31 de dezembro de 2021), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2022, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$5.375 (R\$8.072 em 31 de dezembro de 2021), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

d) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de Dezembro de 2022, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$36.633 (R\$41.152 em 31 de dezembro de 2021), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505. A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. é detentora de 100% das ações ordinárias da Companhia.

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a reserva de lucros legal é de R\$60.509, tendo atingido o limite de 20% do capital social.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$290.970 refere-se a: (i) R\$152.759 de dividendos remanescentes do exercício de 2021; (ii) R\$2.744 de juros sobre capital próprio do exercício de 2021, ambos aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2022; (iii) R\$22.732 de juros sobre capital próprio (dos R\$24.619 contabilizados) do exercício de 2022; e (iv) R\$112.735 de dividendos intermediários do exercício de 2022, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, a serem ratificados na Assembleia Geral Ordinária do exercício de 2023. O saldo de R\$1.887 de juros sobre capital próprio está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses, a depender de deliberação da próxima Assembleia Geral Ordinária.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, está demonstrado a seguir:

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	458.127	369.720
Proposta da Administração:		
Dividendos intermediários pagos	(112.735)	(199.524)
Juros sobre o capital próprio	(24.619)	(17.437)
Dividendos adicionais propostos (*)	(320.773)	(152.759)

(*) Os dividendos adicionais propostos sobre ações ordinárias estão sujeitos à aprovação na assembleia geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2022.

20. RECEITA LÍQUIDAPolítica contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	248.092	263.192
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	892.258	735.028
Vale-pedágio	113.994	88.577
Outras	769	530
	<u>1.255.113</u>	<u>1.087.327</u>
Receita de construção (b)	194.381	39.453
Receitas acessórias (c)	<u>71.300</u>	<u>63.247</u>
Receita bruta	<u>1.520.794</u>	<u>1.190.027</u>
Deduções da receita bruta	(115.733)	(99.694)
Receita líquida	<u>1.405.061</u>	<u>1.090.333</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	1.255.113	1.087.327
Receitas acessórias	<u>71.300</u>	<u>63.247</u>
	<u>1.326.413</u>	<u>1.150.574</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(39.792)	(34.516)
PIS (0,65%)	(8.622)	(7.479)
ISS (2% a 5%)	(65.776)	(57.051)
Abatimentos	<u>(1.543)</u>	<u>(648)</u>
	<u>(115.733)</u>	<u>(99.694)</u>

- a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	43.934	41.692
Conservação e manutenção e outros	34.296	35.258
Serviços de terceiros (*)	137.613	117.763
Seguros	4.729	4.803
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 16)	19.898	17.266
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 15)	-	(3.505)
Custo de construção de obras	194.381	39.453
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 9 e nº 10)	127.816	104.206
Locação de imóveis e máquinas	289	1.140
Outros custos e despesas operacionais	26.262	24.868
	<u>589.218</u>	<u>382.944</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	515.784	313.552
Despesas gerais e administrativas	73.434	69.392
	<u>589.218</u>	<u>382.944</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	15.013	3.556
Atualização monetária depósitos judiciais	5.844	1.818
Juros ativos sobre debêntures privadas	51.247	17.361
Receita aplicação - conta garantia TAM ARTESP (*)	-	17.866
Outras receitas financeiras	2.553	67
	<u>74.657</u>	<u>40.668</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(157.433)	(73.846)
Variação monetária sobre debêntures	(55.228)	(110.092)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(4.493)	(4.271)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(4.691)	(6.077)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas	(8.997)	(5.872)
Juros sobre arrendamentos – CPC 06 (R2)	(330)	(143)
Juros Capitalizados	14.339	6.434
Pis/Cofins s/outras receitas financeiras	8.478	(2.032)
Outras	(2.076)	(1.813)
	<u>(210.431)</u>	<u>(197.712)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(135.774)</u>	<u>(157.044)</u>

(*) Refere-se à receita de aplicação financeira da conta garantia, em favor do Governo do Estado de São Paulo, em virtude da assinatura do Termo Aditivo Modificativo - TAM provisório em abril/2021 (18/2021), até a assinatura do TAM definitivo em novembro/2021 (19/2021). O valor foi integralmente transferido ao Governo do Estado de São Paulo no âmbito da assinatura do aditivo à título de Ônus da Concessão.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	458.127	369.720
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	270.386	270.386
Lucro básico por ação das operações continuadas	1,69	1,37

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

	31/12/2022	31/12/2021
Dívida (a)	1.801.151	1.772.323
Caixa e equivalentes de caixa	(57.616)	(19.251)
Dívida líquida	1.743.535	1.753.072
Patrimônio líquido (b)	684.320	516.306
Índice de endividamento líquido	2,55	3,40

(a) A dívida é definida como debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhado nas Notas Explicativas nos 12, 13 e 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa de 103,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (103,1% do CDI em 31 de dezembro de 2021).
- Clientes, fornecedores e risco sacado: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo Contábil	Valor Justo
Ativos:		
Caixa e bancos (i)	4.641	4.641
Clientes (ii)	87.125	87.125
Aplicações financeiras (i)	55.520	55.520
Passivos:		
Fornecedores (ii)	23.875	23.875
Risco Sacado (ii)	1.970	1.970
Debêntures (iii)	1.794.711	1.475.787
Passivo de arrendamento (iii)	4.437	4.437
Obrigações com Poder Concedente (iii)	2.003	2.003
Classificação – Valor justo através do resultado	Saldo Contábil	Valor Justo
<i>Phantom Stock Option</i> (iv)	68	68

- (i) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (ii) Os saldos das rubricas “Clientes”, “Fornecedores” e “Risco Sacado” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) As debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com Poder Concedente estão registradas ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) O valor do *Phantom Stock Option/Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve cinco linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executada na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizada predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****a) Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições com classificação de Risco “rating” AA, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$49.745 (R\$45.269 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	453.578	436.017	-	-
Debêntures	CDI + 1,20% a.a.	163.815	990.956	-	-
Passivo de arrendamento	Cfe contrato individual	2.583	866	593	395
		<u>619.976</u>	<u>1.427.839</u>	<u>593</u>	<u>395</u>

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$407.240 (ativo circulante de R\$172.314 e passivo circulante de R\$579.554), principalmente decorrente

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IPCA, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	5.340	6.675	8.010
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(46.781)	(47.616)	(48.457)
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(152.844)	(179.916)	(206.543)
Juros a incorrer, líquidos		(194.285)	(220.857)	(246.990)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	12,40%	15,50%	18,60%
IPCA (b)	5,21%	6,52%	7,82%

Fonte: Relatório da Consultoria LCA – Dezembro/2022.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

25. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

c) Transações que não envolvem caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso – CPC06 (R2)	8.322	67
Acordo de Não Persecução Civil – ANPC	148.692	-

26. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

27. RISCO SACADO

A Companhia mantém convênio com o Banco Bradesco para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco Bradesco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações Financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura “Risco Sacado” logo abaixo da rubrica “Fornecedores”. Em 31 de dezembro de 2022, o valor é de R\$1.970 (não havia valores alocados nessa rubrica em 31 de dezembro de 2021).

28. EVENTO SUBSEQUENTEDecisão Supremo Tribunal Federal (STF)

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie no sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Administração da Companhia, realizou levantamento e análise das matérias e concluiu que as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) prolatadas nos Recursos Extraordinários 949297 (Tema 881) e 955227 (Tema 885), que relativizaram a coisa julgada, não impactam o cenário jurídico-tributário da Companhia.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Debêntures

Em 03 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos da Lei nº 6.385/1976 e da Resolução CVM 160/2022, no valor total de R\$900.000.

Sobre as referidas debêntures incidirão juros remuneratórios de CDI + 2,00%, sendo o pagamento da remuneração realizado semestralmente, a partir da data de emissão. As referidas debêntures terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos, contados da data de emissão, sendo amortizada em parcela única na data do vencimento.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 20)

A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.

Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão.

Essa área foi considerada como uma das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil.

Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia.

Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia.

Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 10)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 2.124.926 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.

A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras. Entre

outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração.

Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos.

Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Acordo de Não Persecução Cível ("ANPC")

Em virtude das investigações realizadas pelo Ministério Público de São Paulo ("MPSP"), a Companhia celebrou Acordo de Não Persecução Cível ("ANPC") com o MPSP. O ANPC foi celebrado no âmbito e com vistas à resolução consensual dos objetos dos inquéritos civis PJPP-CAP no 1.071/2014, 295/2018 e 489/2018, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital de São Paulo.

Em 1o de abril de 2022 o ANPC foi homologado judicialmente o que encerra a etapa homologatória e se inicia o cumprimento das obrigações estabelecidas no acordo.

Em 30 de setembro de 2022, conforme documentação juntada pela superintendência jurídica da Artesp, o secretário de governo do estado de São Paulo, acolheu a documentação que demonstrava a preferência pelo recebimento em dinheiro do valor de R\$ 150.000 mil.

Este tema permanece como um dos Principais Assuntos de Auditoria em razão da complexidade dos julgamentos envolvidos para a definição dos reflexos contábeis, bem como pela relevância dos valores. Com o suporte de nossos especialistas jurídicos, realizamos a leitura do ANPC firmado entre a Ecovias e o MPSP e o respectivo aditivo do acordo e mantivemos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender os termos do acordo e os seus aspectos legais, bem como obtivemos opiniões legais dos advogados da Companhia que cuidaram do ANPC.

Também envolvemos os nossos especialistas forenses para analisar, de forma geral, as características e estrutura do acordo.

Inspecionamos os valores dispostos no ANPC e os confrontamos com os montantes incluídos nos relatórios auxiliares da Companhia, que serviram de base para as contabilizações e divulgações realizadas pela administração em suas demonstrações financeiras.

Observamos os procedimentos e controles de conformidade implementados pela Companhia, além das políticas internas.

Com base nos procedimentos realizados, consideramos que as tratativas contábeis e de divulgação estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.

Termos Aditivos Modificativos ("TAM")

Durante o exercício de 2022 a Companhia e o Estado de Paulo, por sua Secretaria de Logística e Transportes, firmaram os Termos Aditivos e Modificativos no 20/2022 e no 21/2022.

Conforme divulgado na Nota 16 (a) às demonstrações financeiras, o termo estabelece que a Companhia assuma a execução das obras no valor de R\$ 89.875 mil, com isso a Companhia deverá realizar os investimentos nos trechos dessa concessão, em contrapartida obteve o direito de estender o prazo do contrato de concessão até 11 de fevereiro de 2034, além de outros aspectos divulgado na nota explicativa às demonstrações financeiras.

Este tema foi considerado com um dos Principais Assuntos de Auditoria em razão da relevância dos valores apresentados no termo, bem como pela complexidade e julgamento envolvido. Com o suporte de nossos especialistas jurídicos, realizamos a leitura do TAM firmado entre a Ecovias e o Estado de São Paulo e mantivemos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender os termos do acordo e os seus aspectos legais, bem como obtivemos opiniões legais dos advogados da Companhia que cuidaram do TAM.

Inspecionamos os valores dispostos no TAM e os confrontamos com os montantes incluídos nos relatórios auxiliares da Companhia, que serviram de base para as contabilizações e divulgações realizadas pela administração em suas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos realizados, consideramos que as tratativas contábeis e de divulgação estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação

de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que,

eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

São Bernardo do Campo – SP, 15 de março de 2023.

Rui Juarez Klein
Diretor Presidente

Ronald Dennis Marangon
Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

São Bernardo do Campo – SP, 15 de março de 2023.

Rui Juarez Klein
Diretor Presidente

Ronald Dennis Marangon
Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores